

# Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2011 (Medida Provisória nº 521, de 2010)

1

Legislação	Medida Provisória nº 521, de 31 de dezembro de 2010	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2011
	Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e <b>prorroga</b> o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.	Altera as <b>Leis nºs 6.932</b> , de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente, <b>e 10.480</b> , de 2 de julho de 2002, <b>prorrogando</b> o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
		Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente, e 10.480, de 2 de julho de 2002, e prorroga o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.
<b>Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981</b>	Art. 3º Fica revogado o art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981.	Art. 2º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar <b>com a seguinte redação</b> :
	Art. 1º A Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar <b>acrescida do</b> seguinte art. 4º- <b>A</b> .	
Art. 4º Ao médico residente <b>será</b> assegurada bolsa no valor <b>correspondente a R\$ 1.916,45 (mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos)</b> , em regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais	“Art. 4º- <b>A</b> . Ao médico-residente <b>é</b> assegurada bolsa no valor de <b>R\$ 2.338,06 (dois mil, trezentos e trinta e oito reais e seis centavos)</b> , em regime especial de treinamento em serviço de sessenta horas semanais.	“Art. 4º Ao médico-residente <b>é</b> assegurado <b>o</b> bolsa no valor de R\$ 2.338,06 (dois mil, trezentos e trinta e oito reais e seis centavos), em regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais.
§ 1º O médico residente é filiado ao <b>Sistema Previdenciário</b> na qualidade de segurado autônomo.	§ 1º O médico-residente é filiado ao <b>Regime Geral de Previdência Social - RGPS</b> como contribuinte individual.	§ 1º O médico-residente é filiado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS como contribuinte individual.
§ 2º Para efeito do reembolso previsto no art. 69 da Lei		

## Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2011 (Medida Provisória nº 521, de 2010)

2

<b>Legislação</b>	<b>Medida Provisória nº 521, de 31 de dezembro de 2010</b>	<b>Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2011</b>
nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com redação dada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, combinada com o § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, o valor da bolsa referida neste artigo será acrescido de dez por cento sobre o salário-base ao qual está vinculada a contribuição do médico residente, em sua qualidade de segurado autônomo do Sistema Previdenciário.		
§ 3º Para fazer jus ao acréscimo de que trata o § 2º deste artigo o médico residente deverá comprovar, mensalmente, os recolhimentos efetivados para a Previdência Social.		
§ 5º Ao médico residente filiado ao Sistema Previdenciário na forma do § 1º deste artigo são assegurados os direitos previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 e suas alterações posteriores, bem como os decorrentes de acidentes de trabalho.		
§ 6º A médica residente será assegurada a continuidade de bolsa de estudos durante o período de quatro meses, quando gestante, devendo, porém, o período da bolsa ser prorrogado por igual tempo para fins de cumprimento das exigências constantes desta lei.		
	§ 2º O médico-residente tem direito, conforme o caso, à licença paternidade de cinco dias ou à licença maternidade de cento e vinte dias.	§ 2º O médico-residente tem direito, conforme o caso, à licença paternidade de 5 (cinco) dias ou à licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias.
.	§ 3º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica poderá prorrogar, nos termos da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, quando requerido pela médica-residente, o período de licença maternidade em até sessenta dias.	§ 3º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica poderá prorrogar, nos termos da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, quando requerido pela médica-residente, o período de licença maternidade em até 60 (sessenta) dias.
	§ 4º O tempo de residência médica será prorrogado	§ 4º O tempo de residência médica será prorrogado por

## Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2011 (Medida Provisória nº 521, de 2010)

3

Legislação	Medida Provisória nº 521, de 31 de dezembro de 2010	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2011
	por prazo equivalente à duração do afastamento do médico-residente por motivo de saúde ou nas hipóteses dos §§ 2º e 3º.	prazo equivalente à duração do afastamento do médico-residente por motivo de saúde ou nas hipóteses dos §§ 2º e 3º.
§ 4º As instituições de saúde responsáveis por programas de residência médica oferecerão aos residentes alimentação e moradia no decorrer do período de residência.	§ 5º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica fornecerá ao médico-residente alimentação e condições adequadas para repouso e higiene pessoal durante os plantões.” (NR)	§ 5º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica oferecerá ao médico-residente, durante todo o período de residência:
		I - condições adequadas para repouso e higiene pessoal durante os plantões;
		II – alimentação; e
		III - moradia, conforme estabelecido em regulamento.
		§ 6º O valor da bolsa do médico-residente poderá ser reajustado anualmente.”(NR)
<b>Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002</b>	Art. 2º O caput do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 3º O <i>caput</i> do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2010, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União. .....	“Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2011, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.” (NR)	“Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária até 31 de dezembro de 2011 os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União. .....”(NR)
	Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros, em relação ao art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2011.	Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros, em relação ao art. 2º desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2011.